

As implicações dos programas de transferência de renda no IDH-M do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.

William Araújo Figueira¹

Ellen Araújo Figueira²

Resumo: Este artigo foi realizado com o objetivo de analisar as implicações dos Programas de Transferência de Renda (PTR) brasileiros no desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, sobretudo com um olhar na marcante desigualdade existente entre os vinte e quatro municípios que compõem o território. Esta desigualdade pode ser facilmente verificada pela diferença existente entre o tamanho da população e PIB per capita dos municípios. Foi realizado de um corte temporal longitudinal, entre 2000 a 2010, para comparar os IDH-M anteriores à implantação dos PTR com os posteriores e em seguida fez-se o uso da correlação estatística para verificar a influência combinada dos PTR nos IDH-M dos vinte e quatro municípios do território. Após a verificação da normalidade da variável foi possível realizar dois importantes testes estatísticos paramétricos sendo, o Teste *t* de Student, que apresentou os valores de -12,6907 com 35,42 de grau de liberdade para o IDH-M, permitindo constatar a existência de diferença significativa em uma variável em dois momentos distintos. O teste de correlação de Pearson, que verifica uma possível associação entre duas variáveis quantitativas que, se existente é medida pela força do coeficiente, apresentou o valor de $\rho=0,5287$, permitindo concluir que a força da correlação entre os PTR e o IDH-M foi moderada-baixa.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Humano, Transferência de Renda, Território de Identidade.

Classificação JEL: I30, I38, O10, O11 e O18

The impacts of the Brazilian Income Transfer Programs (ITP) to the HDI of the Southeast Bahia Identity Territory.

Abstract: This paper aims to analyze the implications of the Brazilian Income Transfer Programs (ITP) to the development of the Southeast Bahia Identity Territory, focusing mainly in the striking inequality among the twenty four territory's counties. This inequality can be easily checked by the difference between the size of the population and GDP per capita of the counties. A longitudinal temporal cut between 2000 and 2010 was used to compare the HDI that were prior to the implantation of the PTRs that were later and then the statistical correlation was used to verify the combined influence between PTRs and HDI of the twenty-four counties of the territory. After verifying the HDI normality, it was possible to perform two important parametric statistical tests, which were the Student's *t* test, which allowed to verify the existence of a significant difference in one variable at two different moments and the Pearson correlation test, which allowed to verify a possible association between two quantitative variables which, if it exists, is measured by the force of the coefficient. As a conclusion, the strength of the correlation between the PTR and the HDI was moderate-low.

Key-words: Human Development Index, Income transfer policies, Identity Territory Program.

JEL Code: I30, I38, O10, O11 e O18

¹ Professor do Colegiado de Administração do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: william@uesb.edu.br

² MBA em Estratégia e Marketing pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). E-mail: ellen.figueira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990 mais de trinta países incrementaram as suas políticas e programas sociais com uma grande diversidade de fins, mas que apresentaram em comum o objetivo vinculado à redução da pobreza (FRIED, 2012, p.1042). No Brasil as políticas e programas sociais também tiveram os objetivos relacionados à mitigação dos problemas de pobreza, desigualdade, exclusão e segregação (FRIED, 2012, p. 1043), mas também apresentaram, por intermédio de discursos dos seus representantes, a ideia de que esses programas poderiam contribuir com o desenvolvimento nacional (CAMPELLO; MELLO, 2014, p. 33).

No âmbito dessas políticas e programas sociais brasileiros, estão situados os Programas de Transferência de Renda (PTR), os benefícios sociais a idosos e deficientes de baixa renda e os programas de habitação, que condicionam as famílias pobres ao cumprimento de algumas obrigações, para que possam receber uma renda regular em forma de bolsa (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p.15). O Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC), que compõem o âmbito de pesquisa deste trabalho, são PTR que, dentre outros, integram o Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal, criado pelo decreto nº 7.492/2011 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p.15).

Campello e Mello (2014, p.33), que ocupavam cargos públicos diretamente ligados ao programa Brasil sem Miséria, afirmam que o processo de criação do programa Brasil sem Miséria seguiu um planejamento iniciado pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como premissas a possibilidade de “construir uma política de desenvolvimento harmônica e compatível com uma agenda prioritária de combate à pobreza e à fome”, almejando resultados que fossem além do crescimento econômico. Neste sentido, compreende-se que por intermédio dos PTR, que possuem foco de atuação no indivíduo, pretendia-se alterar também as condições dos diversos territórios do país.

Entretanto, alguns autores criticam os PTR afirmando que os resultados são discretos e com pouco efeito para combater a pobreza (SILVA, 2007, p. 18) ou que os PTR podem até prejudicar o crescimento econômico (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p.268). Ou seja, este é um tema controverso para o qual ainda não há consenso, sobretudo quando é articulado com a questão do desenvolvimento, que por si só, já traz uma grande discussão quanto à sua conceituação e entendimento.

Sobre a noção acerca do termo desenvolvimento, é preciso salientar que ele possui múltiplos conceitos e, por isso, pode significar muitas coisas (TODARO; SMITH, 2011, p. 14) de tal forma que, para compreendê-lo é importante analisar qual foi origem do conceito ou noção (RIST, 2008, p.3; RADOMSKY, 2011, p.158) e distingui-lo de algumas noções popularizadas. Por exemplo, é muito comum que o termo desenvolvimento seja entendido como algo que sempre existiu na humanidade, como um crescimento ou evolução natural, que pode ser exemplificado pelo desenvolvimento das plantas ou mesmo a evolução das espécies. Também, em outro entendimento, o termo desenvolvimento refere-se às muitas ações realizadas pelos seres humanos visando uma modernização, por intermédio do surgimento e aplicação de novas tecnologias que muitas vezes estão relacionadas ao acréscimo de conforto e bem-estar (RIST, 2008, p. 26).

Esse conjunto de ações ocorrem como intervenções, que em uma escala global são implantadas em forma de medidas (SACHS, 1992, p.1) que historicamente foram denominadas de protocolos internacionais, como os que ocorreram nos anos 1990, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) executou forte pressão para que os países subdesenvolvidos realizassem a abertura dos seus mercados, redução de impostos e privatização das empresas públicas (ESCOBAR, 1995, p. 57). Ou seja, compreende-se que o desenvolvimento é esse conjunto de ações – ou medidas – que envolvem questões econômicas, sociais, políticas e culturais que, por sua vez, correspondem às suas características externas (RIST, 2008, p. 13) e, por isso, podem ser avaliadas de forma que permita entender o desenvolvimento em um determinado local. No entanto, ao avaliar o desenvolvimento em uma localidade, é preciso atentar para as relações muitas vezes conflituosa entre as questões econômicas, sociais, políticas e culturais, que apontam também, para as possíveis consequências que estas ações podem gerar, como a desigualdade entre regiões e intrarregional, ou ainda causando prejuízo para as relações sociais e para o meio ambiente.

Ou seja, partindo da visão de que as ações de desenvolvimento são tomadas com o objetivo principal de atender as diversas questões em uma escala global, as suas implicações poderão ser positivas ou negativas e serão sentidas nas menores escalas do território. Assim, é possível compreender que é nas menores escalas do território que a desigualdade, exclusão e segregação se reproduzem, sendo que, são as condições de cada localidade – ou território – que irão proporcionar, ou não, respostas às ações empreendidas para mitigar essas questões. Dessa forma, as ações em prol do desenvolvimento, empreendidas nesses territórios, poderão ter resultados diversos a depender das características locais, que são chamadas de “virtualidades” (SANTOS, 2006; p. 230) ou que também podem ser entendidas como vocações regionais (TEIXEIRA; SOUSA, 2016, p. 30).

Portanto, existe a possibilidade de que o PBF e BPC, que são programas sociais padronizados para todo o Brasil, possam produzir resultados diferentes, a depender da localidade na qual sejam executados, inclusive dentro de um mesmo estado ou território. Assim, as intervenções dos PTR podem ocasionar mais implicações positivas em um lugar do que em outro, pois isso dependerá das suas “virtualidades”, que poderão servir como oportunidades oferecidas. (SANTOS, 2006, p.230). Ou seja, embora os PTR sejam padronizados, os territórios não são.

O Território de Identidade do Sudoeste Baiano define bem as diferenças existentes dentro de um território visto que é composto por 24 municípios que, entre si, não são equivalentes em: desempenho econômico, infraestrutura e capacidades - sobretudo nas áreas de logística, saúde e educação. Em uma análise econômica, no ano de 2012, somente a cidade de Vitória da Conquista, produziu quase 67% do PIB do território de Identidade, sendo que, neste mesmo ano, o PIB per capita deste município (R\$ 12.522,46) era 3,76 vezes maior que o de Mirantes (R\$ 3.327,81), menor PIB per capita do território de identidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Os municípios deste território são: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraibas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Embora o fato de fazer parte do mesmo território de identidade possa remeter a um simbolismo de igualdade entre os municípios participantes, algumas pesquisas que delinearão perfis para os municípios baianos apontam para o contrário (FONSECA, 2013; SANTOS, SILVA e PEREIRA, 2011). A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) utilizou dados de 2010 para fazer um mapeamento dos perfis de pobreza da Bahia (QUADRO 01), dividindo-os em cinco categorias de forma que, o Território de Identidade do Sudoeste Baiano apresentou 17 dos seus 24 municípios (ou seja, 70,7%) nas piores condições de pobreza – que são os perfis D e E – enquanto apenas 4 municípios (16,7% do território) estavam no Perfil B e apenas o município de Vitória da Conquista estava no perfil A, que são as melhores condições das categorias do estudo (FONSECA, 2013).

1.1 Objetivo e Justificativa

Portanto, visto que: i) os programas sociais do Governo Federal estão inseridos em um plano que têm por objetivo promover o desenvolvimento nacional, reduzindo a desigualdade individual e territorial; ii) existem poucos dados que relacionam os projetos sociais do governo federal com o desenvolvimento e as desigualdades territoriais e intraterritoriais e iii) os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano são heterogêneos e tendem a responder de forma diferente às intervenções dos PTR, surge então o seguinte questionamento: Quais são as implicações do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada no IDH-M dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano?

Portanto, para alcançar o objetivo deste artigo que é analisar as implicações do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação continuada no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.

A justificativa principal deste trabalho está no fato de que, embora existam inúmeros estudos tratando da temática do desenvolvimento e das desigualdades territoriais e, mais recentemente, sobre os programas brasileiros de transferência de renda, ainda há um longo percurso a ser percorrido para que as questões envolvendo essa temática sejam bem compreendidas, sobretudo quando se analisa as implicações desses programas em uma menor escala territorial.

Quanto às particularidades do *locus*, percebe-se que o Território de Identidade do Sudoeste Baiano ainda possui certa desorganização, sendo muito polarizado pelo município de Vitória da Conquista, que concentra grande parte dos investimentos da região (SANTOS; SERPA, 2015, p.57). Santos e Serpa (2015) complementam que pelo fato do território, até o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, possuir o mesmo nome do seu município polo havia muito questionamento pelos outros municípios do mesmo território e servia como prova da desproporcionalidade entre eles.

Neste sentido, a justificativa da escolha do *locus*, também tem por base os estudos envolvendo o município de Vitória da Conquista que apontam para a sua importância como cidade média, visto ter obtido consistentes taxas de crescimento econômico e populacional, sobretudo após o ano de 2002. Uma boa parcela deste crescimento econômico é oriunda do comércio varejista e dos serviços nas áreas de educação, saúde e logística que essa cidade provê para todo território (RAMOS, 2011, p. 115; ROCHA; FERRAZ, 2005, p.12562).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento

Desde os anos 1950 quando o termo subdesenvolvido passou a ser aceito para definir os países com menos recursos econômicos, alterou-se o significado do desenvolvimento, que passou a ser relacionado antagonicamente ao subdesenvolvimento (RIST, 2008, p. 72) e também substituiu a percepção de um mundo dividido entre colonizados e colonizadores, o que era desconfortável e carregado de certo rancor. A partir daí teve início a ideia de que todos os países do mundo faziam parte de um mesmo grupo, que não eram opostos, pelo contrário, faziam parte de uma mesma essência diferenciando-se apenas por estar em estágios diferentes – desenvolvidos e subdesenvolvidos – mas que possuíam os mesmos objetivos e caminhavam para a igualdade, uma vez que as “regras universais do desenvolvimento” valiam para todos (RIST, 2008, p. 74). Contudo, para que o desenvolvimento fosse possível, os países subdesenvolvidos deveriam estar dispostos a um sacrifício, pois eles deveriam sofrer uma “reestruturação total” que incluía, além das questões econômicas, uma educação moderna e a adoção de valores culturais norte-americanos (ESCOBAR, 1995, p. 4).

Portanto, a proposta norte-americana de um desenvolvimento global partiu da premissa de que todos os povos subdesenvolvidos desejavam o seu modo de vida e, para alcançar este propósito, o conhecimento técnico científico e tecnológico seriam as ferramentas necessárias (ESCOBAR, 1995, p. 4). Assim, tendo por base a “função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar” (BELLUZZO, 1995, p. 12), os EUA implementaram o seu plano de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos com um caráter similar às práticas missionárias, uma vez que ao chegar em regiões que possuíam uma grande diversidade de problemas, os “missionários do desenvolvimento” (ESCOBAR, 1995, p. 56) determinavam qual seria a intervenção apontada como única e necessária, para que o desenvolvimento pudesse acontecer (RIST, 2008, p. 77).

A respeito dos estudos sobre o desenvolvimento tem-se que há um certo desconforto em relação ao exato objeto de estudo, como por exemplo: os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, a pobreza nos países em desenvolvimento, ou as causas da pobreza e as tentativas de mitigá-las (SCHUURMAN, 2009, p.831). Assim, dado o número de questões envolvidas nas intervenções do desenvolvimento, tem-se que ele pode ser enquadrado como um processo social integral, mas que normalmente é classificado nos estudos e pesquisas em “econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 348).

Neste sentido, muitos dos estudos sobre desenvolvimento convergem para um conteúdo em comum, que é a qualidade de vida com cidadania, que para ser alcançada requer um crescimento econômico que evite a desigualdade, exclusão e segregação (SCHUURMAN, 2009, p.831). Assim, as definições mais comuns do termo desenvolvimento estão relacionadas aos desejos individuais de uma vida melhor e a um processo que é relacionado com a felicidade ou realização das pessoas. Essas definições que indicam as aspirações individuais ou de um grupo de pessoas para um mundo feliz – sem doença, violência, exploração - normalmente são convidativas e consensuais pois possuem valores incontestáveis (RIST, 2008, p. 10-11).

Ou seja, nesta vertente, embora o conceito de desenvolvimento tenha diferentes enfoques, a depender do contexto histórico em que foi construído, ele traz no seu âmago a noção de melhoria no padrão de vida de toda a população, ou pelo menos grande parte dela, tendo por base o crescimento econômico. Então, criou-se uma relação entre crescimento econômico e o desenvolvimento (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 348) que deixou a impressão de que tudo que é dito ou feito como modernização tecnológica da humanidade possa ser considerado como desenvolvimento (RIST, 2008, p. 11). O conceito de desenvolvimento da ONU envolve várias dessas questões quando afirma que

[...] o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1986, s.p.)

2.2 O desenvolvimento regional brasileiro

O Brasil passou a desenvolver nos anos 1950 planos para o desenvolvimento conforme a proposta Norte Americana, promovendo intervenções em locais específicos e tratando as diferenças territoriais, que eram chamadas de desequilíbrios regionais, como uma questão de estado (LENCIONE, 1992, p. 84). Então, a partir daí as políticas de desenvolvimento regional passaram a ser implantadas no Brasil, como referência para que se pudesse compreender e agir sobre o território nacional. Este tipo de desenvolvimento implantado no Brasil, teve seu dinamismo “fundado em graves injustiças sociais” com a ajuda do “comportamento da economia internacional” e possuía grande influência sobre os formuladores das políticas públicas (FURTADO, 1992, p. 12-13), visto que “para alguns, o progresso material levaria espontaneamente a melhoria dos padrões sociais” (CARDOSO; FALETTTO, 1995, p. 150, STERN, 2002, p. 1).

Desta forma, o caminho adotado pelo Brasil com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, foi criar polos industriais visando proporcionar i) vantagens locais, que seriam principalmente o baixo custo de alguns fatores produtivos e subsídios fiscais e ii) vantagens pela criação de eficiências coletivas. Várias ações foram empreendidas no Nordeste, no sentido de implantar indústrias, inicialmente nas regiões mais desenvolvidas e, em seguida, expandindo a industrialização para o interior (TEIXEIRA, 2008, p. 60).

Na Bahia, especificamente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), foi criado o Centro Industrial de Aratu em 1966 e o Polo Petroquímico de Camaçari em 1978, além de outros complexos de menor porte criados no interior do estado, como por exemplo o Distrito Industrial dos Imborés em Vitória da Conquista, criado em 1975. A criação destes polos deveria resultar no “desenvolvimento de uma estrutura produtiva local geradora de vantagens aglomerativas com capacidade de se transformarem em vantagens competitivas [...]” mas, o resultado da estratégia adotada foi aquém do esperado, sendo que um dos possíveis motivos para tal é que faltaram as condições primordiais – econômicas, sociais e institucionais – para provocar um desenvolvimento competitivo (TEIXEIRA; GUERRA; ARAÚJO, 2011, p.237).

Tem-se, portanto, que este crescimento dos territórios ocorre em um contexto abrangente e complexo, sofrendo influências do ambiente externo e das forças da globalização, mas para que possa ser englobado na noção de desenvolvimento deve possuir também um

“forte conteúdo interno”, com a “mobilização e iniciativa dos atores locais”, ou seja, com um forte componente endógeno (BUARQUE, 1999, p.9). Caso não haja o envolvimento dos atores locais é comum que as ações empreendidas, que ocorrem por meio de políticas públicas, não conduzam a uma melhoria das condições do território, pois estas ações provavelmente não estarão “internalizadas na estrutura social, econômica e cultural local ou municipal” (BUARQUE, 1999, p.10).

Deve-se observar também que as políticas públicas, que muitas vezes geram projetos cofinanciados por instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, devem considerar as diferenças existentes dentro de cada território e não somente entre os eles. Por exemplo, em um mesmo território podem existir regiões bem urbanizadas e, a pouca distância desta, áreas rurais com poucos recursos e que carecem de infraestrutura básica. Assim, o Estado pode estabelecer políticas públicas que sejam boas apenas para uma parcela dos municípios do território.

2.3 Os programas de transferência de renda

Com o aumento da pobreza no mundo mais de trinta países deram início, a partir de 1990, a programas sociais que possuíam no seu cerne a mitigação deste problema (FRIED, 2012, p.1042). Alguns desses programas incluem os PTR, que fazem parte das políticas públicas dos países, oferecendo bolsas para as famílias pobres, estabelecendo uma renda regular e exigindo o cumprimento de algumas obrigações, como por exemplo, manutenção da frequência escolar, realização de exames pré-natais, controle de vacinas e outros (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p.15). Nas últimas décadas os PTR foram submetidos a avaliações dos impactos dos seus objetivos, sendo que muitos deles demonstraram a eficácia dos programas enquanto outros estudos apontaram graves falhas e desempenho pífio (SOARES et al., 2009, p. 208). Neste sentido, os estudos envolvendo os PTR devem ser tratados com muito rigor, visto que envolvem questões associadas ao partidarismo político (FRIED, 2011, p. 1042), interesses econômicos e posições ideológicas diversificadas.

Assim, existem muitas críticas e elogios aos programas, sendo que dentre os elogios destacam-se as questões de redução da pobreza e desigualdade com baixo ônus orçamentário (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p. 21). Quanto as críticas, argumenta-se, dentre outros, que do ponto de vista macroeconômico a consequência dos PTR pode ser a diminuição do crescimento econômico visto que esta política diminuiria a taxa de poupança que poderia financiar os investimentos (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p. 268).

Como resultado dos estudos sobre os PTR, existe uma rica literatura na qual os objetivos avaliados referem-se à “escolaridade, saúde, mortalidade infantil, trabalho infantil e a redução da pobreza para os beneficiários”, sendo que os PTR acabam por gerar outros resultados não contemplados nos objetivos dos programas, como por exemplo, a diminuição da desigualdade de renda e “as suas consequências em relação ao desempenho econômico negativo” (SOARES et al., 2009, p. 208). No Brasil a literatura econômica mais recente explica a desigualdade de renda usando fatores discriminatórios, como: gênero e raça, segmentação regional e por intermédio das transferências públicas, nos quais se enquadram os PTR (CACCIAMALI; CAMILLO, 2009, p.288). Neste sentido, a literatura econômica

[...] evidencia que a redução da pobreza requer o aumento do crescimento econômico ou redução no grau de desigualdade. O impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é tão maior quanto menor for a desigualdade da distribuição de renda. (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p. 267).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em outubro de 2003 para unificar os programas sociais vigentes e organizar a base de dados federal, sendo que para isso foi utilizado o Cadastro Único, que é um sistema de informação posto em funcionamento no ano de 2001. O PBF possui grande projeção nacional e internacional – com mais de doze milhões de famílias cadastradas – tendo sido considerado o maior programa deste tipo no mundo (FRIED, 2012, p.1042).

O PBF foi criado por intermédio da Lei 10.836/2004, sendo regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, estabelecendo que a sua gestão fosse descentralizada e compartilhada entre os Governos Federal, Estadual e Municipal (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p.19). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF tem por base a transferência direta de renda para as famílias que se encontram em condição de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. Para ser elegível ao programa é preciso que a família possuísse, em 2015, uma renda familiar per capita até R\$ 77,00 por mês e que tivesse registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015). Uma vez que a família esteja participando do programa, ela tem que cumprir algumas condicionantes. Assim, como condição para continuar no programa, as famílias beneficiadas precisam manter a frequência escolar das crianças em 85%, crianças com menos de sete anos de idade devem ter os cartões de vacinas atualizados e as crianças em amamentação ou as mulheres grávidas devem fazer visitas regulares aos centros de saúde (FRIED, 2012, p. 1044; SOARES et al., 2007, p. 209).

Caso uma família descumpra as condicionantes do programa, o PBF executa cinco etapas para descredenciar essa família, sendo que o primeiro passo é um aviso e somente no quinto passo o benefício é cancelado (FRIED, 2012, p. 1044). Ou seja, é um longo processo para que uma família seja retirada do programa. Embora os estados e municípios não controlem os condicionantes com rigidez, estudos qualitativos mostram que as famílias, em sua grande maioria os cumprem (SOARES et al., 2007, p. 210). Ainda assim, entre 2006 e 2009, 93.231 famílias foram descredenciadas, sendo que o maior descredenciamento ocorreu em 2010, quando 709.900 famílias foram excluídas por não atualizarem seus dados no Cadastro Único, o que tem que acontecer de dois em dois anos. Isso demonstra que a supervisão do programa tem avançado nos métodos de monitoração.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) possui mais de três milhões de beneficiários e faz parte da Política de Assistência Social, sendo que não é preciso que o indivíduo tenha contribuído com a Previdência Social para ser contemplado. Desta forma, esse benefício enquadra-se em uma política de transferência de renda, de um salário mínimo por mês, para idosos – acima de 65 anos – e deficientes que não possam se sustentar, ou ser sustentados por suas famílias. O critério é que a família do beneficiário não possua renda superior a um quarto de salário mínimo por pessoa (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p. 21).

O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 ficando a sua gestão por conta do MDS, enquanto o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) operacionaliza o benefício e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) cumpre o papel intermediário - execução, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação. O BPC substituiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV) - criada em 1974 e interrompida em 1993 - que inicialmente era um benefício previdenciário, sendo que a RMV ainda mantém benefícios ativos devido ao pressuposto do direito adquirido, sendo que as suas despesas operacionais derivam do Fundo Nacional de Assistência Social.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A estratégia de pesquisa utilizada neste trabalho foi o estudo de caso do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, composto por vinte e quatro municípios, sendo que o foco da análise está no conjunto, no território, e não nas unidades, que são os municípios. Para isso a abordagem principal do problema fez uso de métodos quantitativos. O estudo de caso pode ajudar a compreender um fenômeno complexo – como é o caso das questões acerca do desenvolvimento – de uma forma mais ampla, visto que pelo aprofundamento pode contribuir com o discernimento sobre o assunto, ou ainda, contestar um princípio amplamente difundido e aceito. (STAKE, 2000; YIN, 2001).

Assim, as técnicas escolhidas foram: i) a realização de um corte temporal longitudinal, entre 2000 a 2010, para comparar os IDH-M anteriores à implantação dos PTR com os posteriores e ii) o uso da correlação estatística para verificar a influência combinada dos PTR nos IDH-M dos municípios do território. Ou seja, além de realizar a análise dos indicadores medidos antes e depois da implantação dos PTR, essas técnicas também foram utilizadas para verificar se haveria a possibilidade de inferir sobre as variáveis que influenciam o desenvolvimento dos municípios do território. Os dados dos municípios foram reunidos em um único arquivo, em formato de planilha eletrônica e depois exportados para o *software* IBM® SPSS® *Statistics – Statistical Package for Social Sciences*, para a realização das análises estatísticas descritivas e inferenciais. Com a estatística descritiva foi possível descrever as variáveis resumidamente, visando uma melhor compreensão dos dados enquanto a estatística inferencial permitiu uma aproximação às conclusões acerca do problema de pesquisa.

Em relação a estatística inferencial, o primeiro passo para escolhas dos testes a serem utilizados nas análises deve ser a verificação de normalidade dos dados amostrais (CANTELMO; FERREIRA, 2007, p. 1630). Desta forma, os testes de normalidade aplicados foram D'Agostino, D'Agostino-Pearson e Kolmogorov-Smirnov, visto que são bem aceitos para amostras únicas e permitem a escolha dos testes de inferência que podem ser aplicados (SHESKIN, 2000; p. 135).

As principais fontes de dados foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para os valores dos PTR e o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o IDH-M. O IDH-M é um indicador adaptado a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDH), sendo calculado para todos os municípios brasileiros. O IDH-M utiliza as dimensões de longevidade, educação e renda por intermédio de indicadores brasileiros

adequados, buscando proporcionar uma visão do desenvolvimento que vá além das medições econômicas e que possa servir de comparação entre os municípios, favorecendo a observação da desigualdade entre eles. O IDH-M varia de 0 a 1, sendo 0 (zero) a pior medição. Dessa forma tem-se que o desenvolvimento municipal pode ser, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (2013):

- Muito baixo, de 0 a 0,499;
- Baixo de 0,5 a 0,599;
- Médio de 0,6 a 0,699;
- Alto de 0,7 a 0,799 e
- Muito Alto acima de 0,8.

A dimensão longevidade do IDH-M é calculada a partir dos padrões de mortalidade da população do município e o número médio de vida, em anos, de uma pessoa. A dimensão educação mede percentualmente quantas pessoas com mais de dezoito anos possuem o ensino superior completo e a média aritmética do percentual de pessoas que estão frequentando a escola, sendo que os pesos dessas medidas são, respectivamente, 1 e 2. A dimensão renda mede a renda per capita do município (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO, 2013).

O IDH-M é medido pela média geométrica das três dimensões conforme formula a seguir:

$$IDH - M = \sqrt[3]{Ilong \times Ieduc \times Irend} \quad (1)$$

Onde:

- Ilong = Indicador de Longevidade;
- Ieduc = Indicador de Educação e
- Irend = Indicador de renda.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao pesquisar o Território de Identidade do Sudoeste Baiano, Monteiro e Serpa (2012, p.158) entrevistaram, em 2011, o então Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), Benito Muños Juncal, a respeito da desigualdade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, sendo que ele afirmou que o município de Vitória da Conquista é tão maior que os seus vizinhos de forma que “tudo” era atraído para lá, fazendo parecer que “o que está próximo não existe”.

A TABELA 1 apresenta os PIB per capita dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, calculados a partir da divisão do PIB total pelo total da população, ambos fornecidos pelo IBGE, sem considerar a inflação no período. A partir do PIB per capita foram calculados as Taxa média de Crescimento Anual (TMC) para os períodos de 2000 a 2004, 2000 a 2012 e 2004 a 2012. Nesta tabela é possível verificar que apenas dez municípios tiveram uma Taxa de crescimento Relativa, anual, menor no período de 2004 a 2012, em comparação com o período de 2000 a 2004, sendo que entre esses municípios está Vitória da conquista. Em uma

análise preliminar, isso parece indicar que os valores dos PTR adicionados de 2004 a 2012 não foram suficientes para elevar o PIB per capita desses municípios.

Outra observação interessante é que os municípios que tiveram as três menores taxas de crescimento Relativa no PIB per capita no período de 2004 a 2012, Cândido Sales, Planalto e Licínio de Almeida, foram os mesmos que tiveram os maiores acréscimos no período anterior, 2000 a 2004. Neste sentido, esta observação lembra a argumentação do desenvolvimento industrial baiano ser exógeno e espasmódico, causando momentos de crescimento, mas sendo incapaz de sustentar o crescimento (TEIXEIRA; SOUSA; 2016; p. 10) e que parece se estender a outras áreas da economia do estado. Outra possibilidade para explicar essas alterações diz respeito às oscilações climáticas que afetam a produção agropecuária dos municípios.

TABELA 1 – PIB per capita e Taxa média de Crescimento Anual (TMC) dos municípios em 2000, 2004 e 2012.

Município	PIB per capita em 2000	PIB per capita em 2004	PIB per capita em 2012	TMC entre 2000 e 2004	TMC entre 2000 e 2012	TMC entre 2004 e 2012
Anagé	1.002,03	1.547,53	4.741,31	11,48%	13,83%	15,02%
Aracatu	1.013,04	1.503,58	4.353,64	10,38%	12,92%	14,21%
Barra do Choça	1.566,91	2.220,45	7.909,16	9,11%	14,44%	17,21%
Belo Campo	1.088,98	1.907,77	4.289,13	15,05%	12,10%	10,66%
Bom Jesus da Serra	873,07	1.063,51	3.871,44	5,06%	13,21%	17,53%
Caetanos	867,85	1.112,24	3.327,82	6,40%	11,85%	14,68%
Cândido Sales	1.200,59	3.413,69	4.846,56	29,85%	12,33%	4,48%
Caraíbas	900,14	1.561,74	4.545,30	14,77%	14,45%	14,29%
Condeúba	1.136,14	2.001,38	5.001,84	15,21%	13,15%	12,13%
Cordeiros	1.103,38	1.943,97	4.443,66	15,21%	12,31%	10,89%
Encruzilhada	1.264,06	1.694,95	6.228,00	7,61%	14,21%	17,67%
Guajeru	912,28	1.208,93	3.467,22	7,29%	11,77%	14,08%
Jacaraci	1.281,88	2.185,79	4.313,86	14,27%	10,64%	8,87%
Licínio de Almeida	1.446,19	2.809,27	5.232,15	18,06%	11,31%	8,08%
Mactinga	885,36	1.173,43	4.953,54	7,30%	15,43%	19,72%
Mirante	836,97	1.091,71	3.931,83	6,87%	13,76%	17,37%
Mortugaba	1.442,61	1.986,01	4.797,94	8,32%	10,53%	11,66%
Piripá	1.055,62	1.310,82	4.042,88	5,56%	11,84%	15,12%
Planalto	1.494,03	3.062,67	5.547,12	19,66%	11,55%	7,71%
Poções	1.459,41	2.564,33	5.805,85	15,13%	12,20%	10,75%
Pres. Jânio Quadros	872,98	1.261,01	3.948,58	9,63%	13,40%	15,34%
Ribeirão do Largo	1.625,04	1.878,16	5.964,82	3,69%	11,45%	15,54%
Tremedal	1.100,38	1.565,44	4.031,27	9,21%	11,43%	12,55%
Vitória da Conquista	2.949,92	4.907,34	12.522,45	13,57%	12,80%	12,42%

Fonte: IBGE (2013); IBGE (2015), cálculos realizados pelo autor.

Para compreender os PTR no Território de Identidade do Sudoeste Baiano foi necessário realizar uma primeira uma verificação da quantidade de beneficiários dos programas em cada município, de forma que a sua importância numérica possa ser conhecida e medida percentualmente à população vigente, considerando hipoteticamente que não há beneficiários inscritos em mais de um programa, conforme pode ser visto na TABELA 2.

TABELA 2 - Número de beneficiários dos PTR e participação percentual dos beneficiários na população dos municípios do TISB, 2004 e 2010.

Município	2004				2010			
	PBF	BPC	TOTAL	Participação em %	PBF	BPC	TOTAL	Participação em %
Anagé	2.209	627	2.836	11,04%	4.152	605	4.757	18,64%
Aracatu	1.618	187	1.805	11,64%	2.211	218	2.429	17,67%
Barra do Choça	2.768	410	3.178	6,48%	4.546	717	5.263	15,13%
Belo Campo	1.547	274	1.821	9,40%	1.954	402	2.356	14,71%
Bom Jesus da Serra	1.116	70	1.186	11,14%	1.536	163	1.699	16,80%
Caetanos	1.079	35	1.114	7,78%	1.830	73	1.903	13,95%
Cândido Sales	1.561	505	2.066	6,65%	3.622	725	4.347	15,57%
Caraíbas	1.652	38	1.690	13,37%	2.038	80	2.118	20,72%
Condeúba	1.627	392	2.019	11,14%	2.238	572	2.810	16,63%
Cordeiros	662	174	836	12,07%	1.240	159	1.399	17,13%
Encruzilhada	3.121	328	3.449	8,88%	3.427	471	3.898	16,40%
Guajeru	767	2	769	5,11%	1.287	2	1.289	12,38%
Jacaraci	1.243	333	1.576	11,85%	1.786	349	2.135	15,64%
Licínio de Almeida	1.395	160	1.555	13,57%	1.700	194	1.894	15,38%
Maetinga	1.025	39	1.064	6,92%	1.209	66	1.275	18,12%
Mirante	1.110	47	1.157	7,02%	1.541	106	1.647	15,68%
Mortugaba	1.250	77	1.327	10,67%	1.732	174	1.906	15,28%
Piripá	1.075	115	1.190	6,24%	1.629	197	1.826	14,28%
Planalto	2.229	769	2.998	14,43%	2.871	1.007	3.878	15,84%
Poções	5.002	2.188	7.190	15,14%	6.295	2.818	9.113	20,39%
Pres. Jânio Quadros	1.799	245	2.044	11,02%	2.228	267	2.495	18,28%
Ribeirão do Largo	1.281	19	1.300	7,41%	1.956	55	2.011	23,38%
Tremedal	1.412	302	1.714	8,19%	2.966	376	3.342	19,63%
Vitória da Conquista	14.198	7.109	21.307	7,56%	25.797	9.945	35.742	11,65%

Fonte: IPEADATA/MDS (2013), elaborado pelos autores.

Percebe-se na TABELA 2 que alguns municípios possuíam percentuais acima de 18% de participação da população nos PTR, em 2010, como: Caraíbas com 20,72%, Poções com 20,39% e Presidente Jânio Quadros com 18,28%. De fato, todos os municípios tiveram aumento no percentual de beneficiários em relação às suas populações, sendo que a média do território foi de 6,86% e a média da participação passou de 9,78% em 2004 para 16,64% em 2010. Desta forma tem-se que o aumento da participação das populações nos municípios pode se dar tanto pelo incremento dos programas, que passam a atender mais beneficiários, como pela redução da população.

A TABELA 2 também demonstra que de 2004 para 2010 todos os municípios tiveram aumento no número de beneficiários do PBF e apenas dois municípios tiveram diminuição no número de beneficiários do BPC, Anagé com menos 22 beneficiários e Cordeiros com menos 15 beneficiários. Embora o BPC tenha um contingente menor que o PBF, é possível verificar que a média do seu crescimento absoluto foi maior, sendo 56,32% contra 50,65%.

A variável IDH-M é apresentada na TABELA 3, sendo que é possível observar que todos os municípios tiveram uma melhora no indicador do ano 2000 para 2010. Os municípios de Mirante e Bom Jesus da Serra tiveram acréscimos de mais de 80% nos seus índices (84,27%

e 83,22%, respectivamente), enquanto Licínio de Almeida teve apenas 27,25% e Vitória da Conquista, com o pior incremento dos municípios do território, teve 26,02%.

TABELA 3 - IDH-M dos municípios nos anos de 2000 e 2010

Município	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Município	IDH-M 2000	IDH-M 2010
Anagé	0,308	0,540	Jacaraci	0,445	0,593
Aracatu	0,342	0,581	Licínio de Almeida	0,488	0,621
Barra do Choça	0,316	0,551	Maetinga	0,311	0,538
Belo Campo	0,378	0,575	Mirante	0,286	0,527
Bom Jesus da Serra	0,298	0,546	Mortugaba	0,472	0,618
Caetanos	0,318	0,542	Piripá	0,406	0,575
Cândido Sales	0,423	0,601	Planalto	0,392	0,560
Caraíbas	0,322	0,555	Poções	0,430	0,604
Condeúba	0,419	0,582	Pres. Jânio Quadros	0,322	0,542
Cordeiros	0,386	0,579	Ribeirão do Largo	0,364	0,540
Encruzilhada	0,359	0,544	Tremedal	0,352	0,528
Guajeru	0,333	0,569	Vitória da Conquista	0,538	0,678

Fontes: IBGE (2013), elaborado pelos autores.

O QUADRO 1 apresenta a Estatística descritiva da variável IDH-M, do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000 e 2010, que permite dizer que houve uma melhora substancial neste indicador do ano 2000 para o ano 2010, uma vez que os valores mínimos e máximos cresceram e a amplitude total diminuiu. Além disso, a mediana do território também aumentou e, principalmente, as medidas de dispersão, desvio interquartil e coeficiente de variação, que poderiam indicar desigualdade intraterritorial, diminuíram bastante. Isso significa que nesses dez anos os valores dos IDH-M melhoraram e ficaram mais próximos entre os municípios do território, que pode indicar preliminarmente uma diminuição na desigualdade intraterritorial.

QUADRO 1 - Estatística descritiva da variável IDHM, do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000 e 2010

IDHM 2000	IDHM 2010
Tamanho da amostra: 24	Tamanho da amostra: 24
Mínimo: 0.2860	Mínimo: 0.5270
Máximo: 0.5380	Máximo: 0.6780
Amplitude Total: 0.2520	Amplitude Total: 0.1510
Mediana: 0.3615	Mediana: 0.5645
Primeiro Quartil (25%): 0.3210	Primeiro Quartil (25%): 0.5420
Terceiro Quartil (75%): 0.4200	Terceiro Quartil (75%): 0.5848
Desvio Interquartil: 0.0990	Desvio Interquartil: 0.0428
Média Aritmética: 0.3753	Média Aritmética: 0.5704
Variância: 0.0044	Variância: 0.0013
Desvio Padrão : 0.0662	Desvio Padrão : 0.0358
Erro Padrão: 0.0135	Erro Padrão: 0.0073
Coeficiente de Variação: 17.64%	Coeficiente de Variação: 6.28%

Fonte: IBGE (2013), elaborado pelos autores.

Contudo, há de se considerar que o IDH-M, é um indicador que sintetiza três áreas por meio de uma média ponderada, o que pode possibilitar que alguns municípios consigam elevar

a sua média através de ações pontuais. Por exemplo, na avaliação da educação o IDH-M considera os anos de estudo e a frequência escolar, mas nesse critério a qualidade do ensino não é considerada, conforme fora criticado pelo Senador Cristovam Buarque (BRASIL, 2013).

Após a compreensão dos valores repassados pelos PTR aos beneficiários dos municípios, é necessário avaliar a sua correlação com o IDH-M. Desta forma, foi realizada uma transformação logarítmica nos dados da variável para então realizar os testes de normalidade (PILATI, PORTO, 2009, p.27) D'Agostino e D'Agostino-Pearson, sendo que a variável apresentou distribuição normal, conforme pode ser visto a seguir.

a. Teste de D'Agostino para os valores do IDHM

- D (Desvio) = 0.2729
- Valores críticos 5%: 0.2638 a 0.2865
- Valores críticos 1%: 0.2557 a 0.2871
- $p = ns$
- Resultado: Hipótese de nulidade foi aceita. Os dados apresentam distribuição normal.

b. Teste de D'Agostino-Pearson para os valores do IDHM

- G1: 1.0225
- G2: 0.7757
- Zg1: 2.5663
- Zg2: 0.9979
- K2: 7.5816
- Graus de liberdade: 2
- $p = 0.0226$
- Resultado: O p -valor >0.0001 , logo a hipótese de nulidade foi aceita. A variável estudada apresenta dados com distribuição normal.

Com a distribuição normal foi possível realizar dois importantes testes estatísticos paramétricos sendo, o Teste t de Student que permite verificar a existência de diferença significativa em uma variável em dois momentos distintos, usando para tal a realização de testes de igualdade de média e o teste de correlação de Pearson, que verifica uma possível associação entre duas variáveis quantitativas que, se existente é medida pela força do coeficiente, -1 para uma perfeita correlação inversa e +1 para uma perfeita correlação positiva (BRUNI, 2011).

O teste t de Student apresentou os valores de -12,6907 com 35,42 de grau de liberdade para o IDH-M, indicando que existe uma diferença significativa para as variáveis medidas em 2000 e 2010, visto que os valores absolutos medidos são maiores que os valores críticos da tabela t , para um nível de significância de 0,05 (GUIMARÃES, 2013). Ou seja, é aceitável inferir que a mudança dos valores do IDH-M no período de 2000 a 2010, ou seja antes e depois da implementação dos PTR, não seja obra do acaso e sim algo estatisticamente significante.

Portanto, em continuidade, os testes de correlação de Pearson foram realizados, considerando que para o valor de p negativo a correlação é inversa ou negativa e a sua força é avaliada conforme a escala adaptada de Gilchrist e Samuels (2011), a seguir:

- $0,00 < p \leq 0,20$ – Correlação nula
- $0,21 \leq p \leq 0,40$ – Correlação Fraca;
- $0,41 \leq p \leq 0,60$ – Correlação Moderada-baixa;
- $0,61 \leq p \leq 0,80$ – Correlação Moderada-alta;
- $0,81 \leq p \leq 0,90$ – Correlação Forte;
- $0,91 \leq p < 1,00$ – Correlação Muito Forte.

O resultado dos testes de correlação de Pearson entre o IDH-M e a média da variável PTR dos anos de 2004 a 2010, foi $p=0,5287$ sendo possível verificar que há uma correlação com a variável PTR. Conforme a escala apresentada acima, a força da correlação do IDH-M foi moderada-baixa, sendo que, é importante frisar, que isso não significa que haja uma relação de causalidade entre as variáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi realizado com o objetivo de analisar as implicações dos Programas de Transferência de Renda (PTR) brasileiros no desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, sobretudo com um olhar na marcante desigualdade existente entre os 24 municípios que compõem este território, sendo que a desigualdade pode ser facilmente verificada pela diferença existente entre o tamanho da população e PIB per capita dos municípios.

Percebe-se que o número de beneficiários cadastrados para receber os PTR cresceu substancialmente, de 2004 a 2010, de tal forma que o número de beneficiários de alguns municípios chegou a ultrapassar 20% da população. De fato, este incremento no número de beneficiários era esperado, visto que o cadastramento do Bolsa Família se iniciou no ano de 2004 e prosseguiu cadastrando beneficiários nos anos seguintes. Este crescimento numérico de beneficiários chama a atenção pelo fato do PBF possuir condicionantes que deveriam produzir efeitos positivos na educação e saúde, sobretudo das crianças e assim impactar consideravelmente o IDH-M.

Por fim, a estatística permitiu inferir que existe significância na relação entre as alterações ocorridas no IDH-M e os PTR. Assim, os resultados dos testes de correlação de Pearson, apontaram que a variável IDH-M apresentou uma força de correlação moderada-baixa sendo que, por esta significância na correlação entende-se que de certa forma os valores transferidos dos PTR para os beneficiários, assim como as condicionantes do bolsa família, de certa forma causaram implicações nessa variável. Ou seja, sabe-se que em certa medida que os valores dos PTR aumentaram, também houve melhoria no indicador dos municípios, contudo não é possível afirmar que existe uma relação de causa-efeito direta entre os PTR e os indicadores, uma vez que outras variáveis também podem ter influenciado esses indicadores.

Como limitações da pesquisa tem-se que, visto que este é um estudo introdutório, que trata de um tema que passou a existir, nesta forma, a partir de 2004, buscou-se explorar um terreno ainda pouco conhecido que é a interposição do desenvolvimento territorial com os programas de transferência de renda, na recente regionalização do estado em territórios de

identidade. Assim, assume-se que os resultados aqui obtidos ainda são provisórios, visto que o corte temporal utilizado foi relativamente curto e, também por que avaliou-se alguns resultados dessas ações em prol do desenvolvimento, que são os PTR, mas não foi possível analisar as suas intercorrências interdisciplinares, que são próprias das ciências sociais aplicadas.

Em relação à divisão do Estado da Bahia em territórios de identidade, é preciso avaliar quanto a sua efetividade na implantação de políticas públicas no âmbito dos PTR, principalmente em relação às condicionantes do Programa Bolsa Família. Assim, é necessário verificar se os municípios estão bem equipados quantitativamente e qualitativamente com os Serviços de assistência social, de saúde e serviços de educação e inclusão produtiva que tenham sido financiados ou cofinanciados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esses estudos permitiriam compreender as fragilidades e gargalos deste programa como indutor do desenvolvimento territorial.

Em relação ao indicador pesquisado, é importante avaliar como o IDH-M se comportará nos próximos vinte anos, uma vez que o seu cálculo considera os padrões de mortalidade do município e o número médio de vida em anos de uma pessoa, na dimensão longevidade. Da mesma forma, na dimensão educação é calculado o percentualmente de pessoas com mais de dezoito anos que possuem o ensino superior completo e a média aritmética do percentual de pessoas que estão frequentando a escola. Dessa forma, entende-se que, caso as condicionantes do Bolsa Família sejam mantidas é factível pensar que esses números poderão melhorar.

Comumente, as etapas de construção de uma pesquisa de natureza exploratória apontam para diversas possibilidades e desdobramentos de estudos sendo que as que aqui foram elencadas podem contribuir no aprofundamento do conhecimento tanto sobre o desenvolvimento, como sobre Políticas de Transferência de Renda, que podem ser realizadas em outras localidades.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G. de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e sociedade**, v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/download/8643205/10754>>. Acesso em: 12 maio 2015.

BRASIL (Senado Federal). **Apesar de aumento no IDH de municípios, Cristovam critica qualidade da educação**. Brasília: Agência Senado, 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/08/02/apesar-de-aumento-no-idh-de-municipios-cristovam-critica-qualidade-da-educacao>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRUNI, A. L. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, v. 4, 2011.

BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA e IICA, 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

CACCIAMALI, M. C.; CAMILLO, V. S. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório?. **Economia e sociedade**. [online]. v.18, n.2, ago., p. 287-315, Campinas-SP, 2009, ISSN 0104-0618. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a03v18n2.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CAMPELLO, T.; MELLO, J. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/livro-o-brasil-sem-miseria/o-brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CARDOSO, F. H.; FALLETTO, E. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4, p. 60, 1995. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/60-11.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CANTELMO, N. F.; FERREIRA, D. F. Desempenho de testes de normalidade multivariados avaliado por simulação Monte Carlo. **Ciências Agrotécnicas**, Lavras, v. 31, n. 6, p. 1630-1636, nov./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cagro/v31n6/a05v31n6.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton University Press, New Jersey, United States of America, 1995. Disponível em: <http://monoskop.org/images/1/1f/Escobar_Arturo_Encountering_Development_1995.pdf>. Acesso em 20 jan. 2016.

FRIED, B. J. Distributive politics and conditional cash transfers: The case of Brazil's Bolsa Família. **World Development**, v. 40, n. 5, p. 1042-1053, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X11002440>>. Acesso em: 9 maio 2015.

FONSECA, M. P. Estudo da SEI apresenta mapa de pobreza na Bahia. **Jornal A Tarde**. Salvador, p. 18, 22 dez. 2013. Bahia em Números.

FURTADO, C. **Brasil: A construção interrompida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GILCHRIST, M.; SAMUELS, P. **Pearson's correlation: a Quick Reference worksheet on Pearson Correlation**. The statstutor online. Loughborough University, Unided Kinkdon. [2011?] (Data de criação do arquivo registrada em 16 Dez. 2011). Disponível em: <<http://www.statstutor.ac.uk/resources/uploaded/pearsons.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

GUIMARÃES, P. R. B. **Análise de Correlação e medidas de associação**. 2013. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~jomarc/correlacao.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios 2012: PIB 1999-2012**. ECONOMIA. Rio de Janeiro, RJ, [2013]. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2012/base/base_1999_2012_xlsx.zip>. Acesso em: 12 maio 2015.

_____. **População**. Sítio oficial. [2015]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 13 jun. 2015.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

LENCIONI, S. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia: A falência das políticas de desenvolvimento regional. **RDG Revista do Departamento de Geografia-USP**, v. 6, p. 83-89, São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47113/50834>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?. **Revista Brasileira de Economia [online]**. 2011, vol.65, n.3, pp. 267-288. ISSN 0034-7140.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Plano Brasil sem Miséria no seu município.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/dadosSv/cartilha_msm/CartilhaBSM.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

_____. **Bolsa Família.** Brasília, DF, [2015]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, n. 79, NOV., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/01.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

MONTEIRO, J.; SERPA, A. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CULTURAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 3. Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/download/16983/10294>>. Acesso em: 10 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Revolução n.º 41/128, de 4 de dezembro de 1986. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.** Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, EUA, 1986. s.p. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>>. Acesso em: 05 maio 2016.

PILATI, R.; PORTO, J. Apostila para tratamento de dados via SPSS. USP: São Paulo, [2009?] (data de criação do arquivo registrada 22 set. 2009). Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4637/apostila_SPSS_Porto_.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 149-162, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/09.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

RAMOS, E. F. **As cidades médias em perspectiva:** Uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras. 2011. 164 f. Dissertação. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8LRPMY/edivaldo_fernandes_amos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 maio 2015.

- RIST, G. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith**. 3 ed. Zed Books: London, England, 2008. Disponível em: <<https://pol319.wikispaces.com/file/view/Rist+History+of+Development.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- ROCHA, A. A; FERRAZ, A. E. de Q. **Atlas geográfico de Vitória da Conquista-BA**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Nuevastecnologias/Sig/19.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2015.
- SACHS, W. **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. (Organizador). Londres, Atlantic Highlands/Zed Books, 1992. Disponível em: <<https://alarningcommons.noblogs.org/files/2013/06/Sachs-The-Development-Dictionary-A-Guide-to-Knowledge-as-Power.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4a. ed., 2a. reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, J. M. O.; SERPA, A. **O território de Vitória da Conquista**. In: SERPA, Angelo (org.). Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade. Salvador, EDUFBA, 2015.
- SANTOS, J. P. C.; SILVA, K. M. das G. C.; PEREIRA, S. B. M. Tipologia dos municípios baianos com base em análise multivariada. **Textos para discussão N° 02**. Publicações SEI, 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_02.pdf>. Acesso em: 12 maio 2015.
- SCHUURMAN, F. J. Critical Development Theory: moving out of the twilight zone. **Third world quarterly**. v. 30, n.5, p.831-848. July 2009. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com.ez10.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=934156d8-c5d9-4bbb-89e6-0116f4768d62%40sessionmgr4004&vid=1 &hid=4214#>>. Acesso em: 02 maio 2015.
- SHESKIN, D. J. **Handbook of parametric and nonparametric statistical procedures**. 2a. ed., CHAPMAN e HALL/CRC, New York, 2000.
- SILVA, M. O. da S. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. (Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza, GAEP - Artigos Científicos). 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/157/1/O%20BOLSA%20FAMILIA.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- SOARES, B. C. **Sistemas focalizados de transferência de renda: contextos e desafios ao bem estar**. 2010. 269 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Barbara_Cobo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.
- SOARES, S. S. D. et al. Conditional cash transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality. **Estudios Económicos**. Número extraordinário. México, 2009. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/conditional_cash_transfers1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.
- STAKE, R. E. **The art of case study research**. London: SAGE Publications, 1995.

STERN, N. A Strategy for development. In: PLESKOVIC, Boris; STERN, Nicholas. **Annual World Bank Conference on Development Economics-2001**. Washington, DC: The World Bank. 2002. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf#page=15>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

TEIXEIRA, F. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLS)? Organ. Soc., Salvador, v. 15, n. 46, p. 57-75, Set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n46/03.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

TEIXEIRA, F. L. C.; GUERRA, O.; ARAÚJO, S. Limites para uma dinâmica endógena na economia baiana. In: **Bahia Análise & Dados**; v. 21, n. 2, Salvador: abr/jun, 2011. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/a&d_20anos.zip>. Acesso em: 31 mar. 2014.

TEIXEIRA, F. L. C.; SOUSA, S. V. A. Desigualdade, emprego e aglomerações produtivas: análise da dinâmica dos territórios de identidade da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v.26, n. 1, jan/jun 2016. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2016. p. 9-32.

TODARO, M.; SMITH, S. **Economic Development**. 11a. Ed. Pearson Series in Economics, 2011. Disponível em: < <http://eco.eco.basu.ac.ir/BasuContentFiles/57/57304a77-1269-4081-bd5b-4c66b84b06a4.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento Econômico Regional: Uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>>. Acesso em: 03 maio 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.